



FACULDADE DO SERIDÓ (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO)
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE PRESENCIAL

AUGUSTO CÉSAR FELIX DA COSTA TEIXEIRA

**ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS EFICAZES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS
COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.**

CURRAIS NOVOS/RN
2025

AUGUSTO CÉSAR FELIX DA COSTA TEIXEIRA

**ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS EFICAZES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS
COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.**

Artigo científico apresentado a Faculdade do Seridó-FAS, como requisito para obtenção de nota na disciplina de TCC II, do curso de licenciatura em pedagogia sob a orientação da Professora especialista Ana Ligia Estevam da Silva Lopes.

Dedico este artigo a Deus, pela força, sabedoria e serenidade concedidas ao longo de todo o processo de construção deste trabalho. Expresso também minha gratidão à minha família e ao meu companheiro, pelo apoio incondicional, incentivo diário e pela compreensão nos momentos de dedicação intensa aos estudos.

Agradeço ainda aos estudantes, que são a razão e a inspiração desta pesquisa. Cada gesto, desafio e conquista reforçam o compromisso com uma educação que valoriza a diversidade humana e reconhece o potencial de cada indivíduo. A eles, minha admiração e respeito.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo. Cada contribuição foi essencial para que este trabalho se tornasse possível.

RESUMO

O presente artigo analisa estratégias eficazes para a inclusão de alunos com deficiência intelectual na educação básica, destacando os desafios e impactos das práticas pedagógicas que promovem o desenvolvimento integral desses estudantes. A metodologia, de natureza bibliográfica e qualitativa, fundamenta-se em autores como Vygotsky (1993), Mantoan (2006) e Hilário (2015), buscando compreender os caminhos para uma educação inclusiva e equitativa. Conclui-se que práticas adaptadas, formação docente e ambientes acolhedores são essenciais para a efetivação da inclusão escolar. A criança com deficiência intelectual deve ser compreendida como um sujeito capaz de se desenvolver, mesmo que seja com as suas limitações. Ao pensar nessa educação na perspectiva da inclusão escolar, é pensar em um sujeito que precisa ser compreendido em sua totalidade, uma boa estratégia pedagógica tem um impacto de fortalecer o vínculo entre aluno e professor, promovendo interações significativas, ampliando possibilidades de aprendizagem e estimulando o desenvolvimento contínuo de forma sensível, ética e intencional.

Palavras-chave: deficiência intelectual. estratégias pedagógicas. inclusão.

ABSTRACT

This article analyzes effective strategies for the inclusion of students with intellectual disabilities in basic education, highlighting the challenges and impacts of pedagogical practices that promote the integral development of these students. The methodology, of a bibliographic and qualitative nature, is based on authors such as Vygotsky (1993), Mantoan (2006), and Hilário (2015), seeking to understand the paths to an inclusive and equitable education. It concludes that adapted practices, teacher training, and welcoming environments are essential for the effective implementation of school inclusion. The child with intellectual disabilities must be understood as a subject capable of developing, even with their limitations. When thinking about this education from the perspective of school inclusion, it is to think about a subject who needs to be understood in their totality; a good pedagogical strategy has an impact on strengthening the bond between student and teacher, promoting meaningful interactions, expanding learning possibilities, and stimulating continuous development in a sensitive, ethical, and intentional way.

Keywords: intellectual disability. pedagogical strategies. inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos em ambiente escolar é garantida pela Constituição Federal, que reforça a responsabilidade do Estado em promover uma educação de qualidade e acessível a todos. Os artigos 205 e 208, inciso III, asseguram esse direito, estabelecendo que a educação é um direito de todos e um dever do Estado. Especificamente, o Artigo 205 determina que a educação deve promover o desenvolvimento integral do indivíduo, a igualdade de oportunidades e a formação de cidadãos críticos e participativos. Já o Artigo 208, inciso III, reforça que o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência deve ser oferecido na rede regular de ensino, garantindo a sua inclusão plena no sistema educacional nacional. Dessa forma, a legislação brasileira reconhece a importância de promover práticas inclusivas que respeitem as diferenças e assegurem o direito de aprender de todos os estudantes, independentemente de suas condições.

As crianças com deficiência intelectual representam uma parcela significativa da diversidade presente nas escolas, trazendo desafios e potencialidades que exigem um olhar atento, sensível e adaptado por parte da escola. Essas crianças apresentam limitações nas funções cognitivas, como a aprendizagem, o raciocínio, a memória e a linguagem, o que impacta suas dificuldades na compreensão de conteúdos e na realização de atividades escolares comuns. No entanto, é fundamental reconhecê-las como sujeitos de direitos, com potencial de desenvolvimento sempre presente, desde que tenham acesso a práticas pedagógicas que respeitem suas singularidades e promovam sua inclusão efetiva.

As práticas pedagógicas eficazes para esse público devem estar fundamentadas na compreensão da individualidade de cada criança, considerando seu ritmo de aprendizagem, seus interesses e suas potencialidades. A adaptação de conteúdos, métodos e materiais é essencial para possibilitar o acesso às novas aprendizagens e o crescimento integral. Recursos visuais, objetos concretos, jogos pedagógicos, recursos tecnológicos e atividades lúdicas são estratégias valiosas que facilitam a compreensão e a participação das crianças com deficiência intelectual.

O artigo constitui-se como uma revisão bibliográfica, pois sintetiza os conhecimentos de textos e livros acerca da temática e utiliza-se de uma análise

bibliográfica e coleta de dados sobre estratégias pedagógicas para a inclusão de estudantes com deficiência na educação básica.

Para atingir o objetivo geral proposto, faz-se necessário estruturar os objetivos específicos, quais sejam: a) Investigar, na literatura acadêmica, os fundamentos teóricos da inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual; b) Identificar as principais estratégias pedagógicas recomendadas para o ensino de alunos com deficiência intelectual em contextos inclusivos; c) Refletir sobre a importância da formação continuada de professores para a implementação de práticas educacionais inclusivas.

Assim o artigo iniciará trazendo abordagens pedagógicas que reconhece e valoriza a diversidade no processo de ensino-aprendizagem para estudantes com deficiência intelectual.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreender e fundamentar estratégias pedagógicas eficazes voltadas a esses estudantes, é necessário recorrer a teorias educacionais que consideram o desenvolvimento humano em contextos sociais e interativos.

Um dos principais teóricos que contribuem para essa compreensão é Vygotsky, que em sua teoria sociocultural do desenvolvimento humano, ele destaca o papel fundamental do meio social, da linguagem e da mediação no processo de aprendizagem. Segundo Vygotsky (1993), o desenvolvimento cognitivo acontece por meio das interações sociais, nas quais o professor atua como um importante mediador na construção do conhecimento. O autor também afirma que crianças com deficiência possuem potencial de desenvolvimento, desde que recebam apoio adequado dentro de sua Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Isso significa que a aprendizagem deve ser ajustada às necessidades de cada aluno, considerando tanto suas capacidades atuais quanto aquilo que podem alcançar com a ajuda de outras pessoas.

Com base nesse pensamento, as estratégias pedagógicas voltadas à inclusão devem considerar a mediação pedagógica intencional, o uso de recursos diferenciados e a criação de ambientes colaborativos, nos quais todos os alunos possam participar ativamente das atividades escolares.

Complementando essa perspectiva, a educadora e pesquisadora brasileira Mantoan (2006) é uma das principais referências na defesa da educação inclusiva no Brasil. Para Mantoan, a inclusão não significa apenas inserir alunos com deficiência nas salas de aula regulares, mas transformar a escola em um espaço acessível a todos, por meio da flexibilização curricular, da eliminação de barreiras e da valorização das diferenças como parte constitutiva do processo educativo. A autora afirma que "a inclusão escolar pressupõe uma nova maneira de ensinar e aprender, pautada no reconhecimento das singularidades dos sujeitos" (Mantoan, 2006, p. 29).

Assim, tanto Vygotsky (1993) quanto Mantoan (2006) sustentam a ideia de que o sucesso da inclusão depende da atuação pedagógica comprometida com o desenvolvimento integral dos alunos, sendo necessário planejar estratégias que respeitem o ritmo de aprendizagem, utilizem metodologias ativas e favoreçam a interação entre os alunos com e sem deficiência.

O papel do professor é central na promoção de práticas inclusivas eficazes, e que a construção de uma escola inclusiva depende de um olhar pedagógico sensível, crítico e baseado em princípios de equidade, participação e respeito à diversidade.

A necessidade primordial é o reconhecimento de que o indivíduo com deficiência intelectual seja conhecido, em outras palavras, é imprescindível identificar suas dificuldades e suas potencialidades de aprendizagem. Fato esse que auxilia a elaborar um planejamento pedagógico para o desenvolvimento escolar inclusivo e aplicável a todos os estudantes, com algum tipo de deficiência intelectual, fortalecendo a democratização do espaço escolar. Pois:

[...] para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada, devendo firmar a convivência no contexto da diversidade humana, bem como aceitar e valorizar a contribuição de cada um conforme suas condições pessoais (BRASIL, 1998, p. 18)

A inclusão não começa mudando a pessoa, mas transformando a sociedade para que todos possam viver plenamente em sua diversidade. Quando o texto afirma que a convivência deve se firmar no respeito às diferenças e na valorização das contribuições individuais, ele nos lembra que cada sujeito, com suas condições pessoais, tem algo único a oferecer. Esse pensamento é essencial, pois evidencia que a inclusão não é apenas uma ação institucional, mas um compromisso diário, ético e humano

2.1. CARACTERÍSTICAS MAIS NOTÓRIAS EM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

No sistema educacional brasileiro — seja na esfera municipal, estadual ou federal — ainda persistem inúmeros desafios relacionados à infraestrutura e à capacitação profissional. Esses obstáculos acabam criando barreiras significativas para que os professores desenvolvam práticas verdadeiramente inclusivas voltadas aos estudantes com deficiência intelectual. Apesar disso, a maioria dos educadores reconhece que a inclusão é uma necessidade urgente. Por essa razão, é fundamental que recebam apoio pedagógico, estrutural e formativo para que consigam realizar seu trabalho e promover a participação desses alunos no ambiente escolar e social.

Um aspecto importante para compreender a deficiência intelectual está relacionado à própria novidade do termo. A expressão “deficiência intelectual” passou a ser utilizada apenas em 2002, por iniciativa da American Association of Mental Retardation (AAMR). Isso revela que a construção de uma compreensão social mais sensível sobre esse público é relativamente recente. Consequentemente, preconceitos e estigmas ainda persistem, tanto nos espaços escolares quanto no convívio social e nas instâncias governamentais. Diante desse cenário, torna-se indispensável conhecer melhor o perfil desses alunos para identificar suas principais características, respeitando suas singularidades.

De acordo com Hilário (2015, p. 23), as pessoas com deficiência intelectual podem apresentar características distribuídas em quatro grandes áreas — sempre lembrando que cada indivíduo possui modos próprios de aprender, interagir e se desenvolver:

1. **Área motora:** diz respeito às crianças que podem apresentar dificuldades na motricidade fina, o que compromete ações de coordenação, locomoção e manipulação de objetos.
2. **Área cognitiva:** refere-se a estudantes que apresentam maior lentidão na aprendizagem, dificuldade para compreender conceitos simples ou abstratos, menor capacidade de concentração e maior tempo para memorizar

informações. Esses aspectos podem aparecer isoladamente ou de forma combinada.

3. **Área da comunicação:** envolve alunos que apresentam algum tipo de dificuldade na expressão oral, na compreensão da fala ou em ambos os processos.

4. **Área socioeducacional:** caracteriza-se pela discrepância entre idade mental e idade cronológica, o que pode afetar a interação social e o desempenho escolar.

É importante destacar que as limitações observadas nas pessoas com deficiência intelectual estão diretamente relacionadas às oportunidades oferecidas a elas. Cada aluno possui competências, habilidades e dificuldades próprias, e o estímulo adequado — por parte de familiares, amigos e professores — pode influenciar significativamente seu desenvolvimento e sua maneira de enfrentar desafios. Um exemplo comum ocorre quando há diferença entre idade mental e cronológica e, por preconceito ou superproteção, a criança é impedida de conviver com colegas da mesma faixa etária. Isso reduz seu convívio social e dificulta processos essenciais de inclusão.

No ambiente escolar, é possível criar propostas pedagógicas que estimulem o desenvolvimento cognitivo, motor e social desses alunos, ampliando suas oportunidades de crescimento global. Assim, a inclusão da criança com deficiência intelectual na escola regular não só fortalece seu processo de aprendizagem, como também amplia suas possibilidades de participação social, afetiva e, futuramente, profissional.

Para que isso se concretize, é essencial que a estrutura física das escolas seja adequada e que os profissionais — professores, gestores e demais funcionários — estejam preparados para enfrentar, junto às crianças, os desafios que surgirem. É preciso oferecer suporte necessário, respeitar as diferenças e garantir que os direitos à igualdade e à equidade sejam assegurados.

Além disso, contar com uma equipe multidisciplinar qualificada e integrada é fundamental para identificar as dificuldades e potencialidades de cada estudante com deficiência intelectual. Essa equipe, além de apoiar diretamente as crianças,

desempenha um papel crucial na orientação das famílias, promovendo uma parceria efetiva entre escola e responsáveis. A participação familiar é indispensável, pois é por meio dessa colaboração que qualquer criança — com ou sem deficiência — consegue alcançar seu melhor desempenho no processo de aprendizagem.

2.2 POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO

Atualmente a educação inclusiva conta com um respaldo legal que garante a educação gratuita a todos os alunos com algum tipo de deficiência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei n. 9.394/96, por exemplo, é um documento que prioriza o atendimento educacional especializado gratuito na rede regular de ensino e garante serviços de apoio especializado para cada aluno com deficiência (BRASIL, 1996). Portanto, as escolas públicas possuem alunos com deficiência intelectual frequentando regularmente salas de inclusão.

Como já exposto, esta inclusão é essencial para o melhor desenvolvimento psíquico-social desses indivíduos. A atenção à diversidade está focalizada no direito de acesso à escola e visa à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, irrestritamente, bem como as perspectivas de desenvolvimento e socialização. A escola, nessa perspectiva, busca consolidar o respeito às diferenças, conquanto não elogie a desigualdade. As diferenças vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, podendo e devendo ser fatores de enriquecimento (BRASIL, 1998, p. 23).

Sabe-se da importância dos familiares, docentes e demais funcionários da escola estarem integrados ao processo de aprendizagem das crianças para juntos, criarem estratégias que fortaleçam suas potencialidades. No entanto, para atingir o objetivo deste artigo, será necessário focar na importância do preparo pedagógico dos professores. O art. 59, inciso III, da LDB afirma que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com deficiência "professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns" (BRASIL, 1996). Logo, é fundamental que todos os profissionais que terão contato com crianças com necessidades especiais (pedagogos, psicólogos, assistentes sociais etc.) tenham uma formação sólida, capaz de auxiliá-las da melhor

maneira possível e, caso tenham algum déficit em sua formação inicial, e de sua responsabilidade, e também dos sistemas de ensino, buscar aperfeiçoamento por meio de formações continuadas. O diálogo é ferramenta essencial para o melhor desenvolvimento das crianças com deficiência intelectual.

Compreender situações de sucesso na aprendizagem destas pessoas em outras instituições de ensino e buscar auxílio são uns dos caminhos a percorrer para realmente possibilitar a inclusão no sistema regular de ensino. Apesar da educação inclusiva estar bem respaldada em termos legais no Brasil, ainda enfrenta muitas dificuldades em incluir crianças com deficiência intelectual na rede pública regular de ensino. São necessários, ainda, muitos investimentos governamentais para que a escola atenda estruturalmente e pedagogicamente as necessidades dos alunos com deficiência intelectual. Cabe as escolas e aos docentes enfrentar essa luta e buscar meios de sanar as principais dificuldades.

2.3 ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO

Devido à diversidade presente nas escolas, o professor precisa elaborar planejamentos que contemplem estratégias potencializadoras da aprendizagem. Conforme destaca Mantoan (2003), a escola inclusiva reconhece que os estudantes não aprendem da mesma forma nem no mesmo ritmo, sendo necessário romper com práticas pedagógicas homogêneas.

Nesse sentido, Vygotsky (1997) contribui ao afirmar que o desenvolvimento humano ocorre a partir das interações sociais, considerando que cada sujeito apresenta potencialidades e limitações próprias. Assim, as crianças com deficiência intelectual não são diferentes em sua capacidade de aprender, mas demandam mediações pedagógicas adequadas às suas necessidades.

Logo, não há uma estratégia pedagógica única que atenda a todos os estudantes. Tomlinson (2000) reforça que o ensino diferenciado permite ao professor adaptar conteúdos, métodos e avaliações, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem. As limitações devem ser consideradas como ponto de partida para o planejamento, mas nunca como fatores determinantes do não aprendido.

Dessa forma, cabe ao professor conhecer as dificuldades dos alunos para elaborar atividades que fortaleçam suas potencialidades, considerando seus conhecimentos prévios, sua relação com o mundo e seu modo particular de aprender, conforme defendem Perrenoud (2000) e Mantoan (2015).

Isto é, o educador deve identificar as possibilidades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual e contar com recursos que permitam a organização e concretização de suas estratégias pedagógicas. Segundo Hilário (2015, p. 17-22), para que o docente tenha um bom planejamento de suas ações é necessário, primeiramente, considerar o aluno e seus saberes, sendo essencial que o professor:

a) conheça o aluno, sua família, suas características e seus interesses particulares, seu meio social e seu processo de aprendizagem (dificuldades e potencialidades);

b) trabalhe coletivamente ao possibilitar entre si e os alunos sistemas de cooperação, podendo compreender melhor as dificuldades de aprendizagem de cada estudante;

c) valorize as diferenças por meio de planejamento de estratégias de ensino que considerem as diferentes formas e ritmos de aprendizagem e que possibilitem a construção coletiva do próprio conhecimento;

d) vise a aprendizagem significativa ao articular o interesse do educando com o saber que já possui. A partir dessas considerações, serão elencadas algumas estratégias de ensino para alunos com deficiência intelectual com o objetivo de auxiliar docentes e potencializar a aprendizagem desses educandos.

Nesse contexto, destaca-se o Plano Educacional Individualizado (PEI) como uma estratégia pedagógica fundamental para a efetivação da inclusão escolar dos estudantes com deficiência intelectual. De acordo com Mantoan (2015), o PEI não deve ser compreendido como um instrumento de segregação ou de redução curricular, mas como um recurso pedagógico que organiza, sistematiza e orienta o trabalho docente a partir das necessidades, potencialidades e ritmos de aprendizagem de cada aluno.

O PEI possibilita ao professor planejar intervenções mais intencionais, definir objetivos alcançáveis, selecionar estratégias e recursos adequados e acompanhar o progresso do estudante de forma contínua, articulando teoria e prática. Assim, o uso do PEI fortalece a ação pedagógica inclusiva, garantindo que o ensino seja

significativo, flexível e centrado no aluno, conforme os princípios defendidos pela educação inclusiva.

Uma importante estratégia pedagógica é o computador onde auxiliará o aluno com deficiência intelectual ao propiciar o uso de editores de texto e imagem, da Internet como meio de pesquisa e interação pelas redes sociais, o acesso à informação e comunicação, bem como poderá obter softwares específicos que estimulem a capacidade de criação, descoberta e construção colaborativa do conhecimento. Logo, o computador torna-se uma ferramenta muito eficaz no desenvolvimento de atividades que potencializem a aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual.

Um trabalho que tenha uma referência visual marcante (cartazes, murais etc.), com fotos e letras grandes e coloridas, favorecem a aprendizagem de crianças com deficiência intelectual, pois possibilita a visualização imediata, lúdica e chamativa do conhecimento estudado e aprendido, facilitando a compreensão do conteúdo e a memorização. O professor necessita elaborar atividades e projetos que estejam relacionados com a vida cotidiana dos estudantes, focando em suas habilidades e potencialidades.

Nesse caso o autor explica que há a necessidade de uma abrangência de três contextos importantes, sendo os mesmos: o ambiente escolar, a interação com o professor e a interação com os colegas de turma. Sem passar por esse processo de inclusão dificilmente as atividades podem fazer algum sentido para esses estudantes. As atividades propostas necessitam ser detalhadas e explanadas repetidamente e de forma tranquila para maior compreensão e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual.

Para se obter uma melhor aprendizagem, principalmente dos aspectos socioafetivos, é necessário que sejam realizados trabalhos em grupos. Propor trabalhos que proporcionem situações-problemas cotidianas que valorizem os aspectos comunicativos e de cuidados pessoais são essenciais para fortalecer a autonomia da criança com deficiência intelectual.

O docente deve procurar realizar atividades simples que valorizem os aspectos socioafetivos, tais como: abraço, demonstração de carinho; conhecer gostos, medos, interesses da criança; trabalhar sua autoimagem etc. Além disso, deve buscar fortalecer a linguagem e a comunicação por meio da identificação e da imitação de sons de músicas, personagens, instrumentos, brinquedos etc.

É necessário trabalhar, também, o cognitivo pela identificação de objetos preferidos e pessoas próximas por meio de imagens, buscando a auxiliar no desenvolvimento da concentração e no fortalecimento da motricidade fina e ampla (HILÁRIO, 2015, p.32-36). Essas estratégias estão longe de ser um livro de receitas, mas são alternativas de ensino que poderão ser aprimoradas e aperfeiçoadas pelos educadores, considerando as especificidades e potencialidades de cada aluno.

Outro aspecto fundamental é a formação continuada dos professores, que deve privilegiar abordagens inclusivas, flexíveis e criativas, capazes de promover a convivência respeitosa e o desenvolvimento de habilidades sociais. O trabalho colaborativo entre professores, famílias, terapeutas e demais profissionais também é crucial para criar uma rede de apoio consistente, que possibilite o acompanhamento e a avaliação contínua do progresso da criança. Nesse contexto, a escola deve ser um ambiente acolhedor, que valorize as potencialidades do aluno e promova a aprendizagem como um direito de todos, sem discriminação, promovendo a equidade e a cidadania.

3. METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e de campo, com o objetivo de analisar estratégias pedagógicas eficazes para a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular. A pesquisa fundamentou-se em autores consagrados da educação inclusiva, como Vygotsky (1993), Mantoan (2006; 2018) e Hilário (2015), além de documentos oficiais como a LBI e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. A revisão bibliográfica foi realizada a partir da análise de livros, artigos científicos e legislações pertinentes, selecionados por sua relevância e atualidade, permitindo compreender as práticas inclusivas que têm se mostrado mais efetivas no contexto educacional brasileiro.

A opção pela abordagem qualitativa justifica-se por possibilitar a compreensão aprofundada dos fenômenos educacionais em seus contextos reais, considerando significados, percepções e experiências dos sujeitos envolvidos, conforme defende Minayo (2014), que destaca a pesquisa qualitativa como fundamental para estudos que envolvem práticas pedagógicas e processos sociais complexos.

A partir dessa revisão, foram identificadas estratégias pedagógicas centrais, tais como adaptação curricular, uso de recursos multissensoriais, mediação por pares, tecnologias assistivas, ensino estruturado, rotinas visuais e avaliação formativa. Essas práticas são defendidas por autores que ressaltam a importância de ambientes flexíveis e acessíveis, capazes de promover a participação ativa de estudantes com deficiência intelectual e favorecer sua aprendizagem significativa.

Complementando a análise teórica, realizou-se uma pesquisa de campo no município de Currais Novos/RN. A investigação ocorreu em duas etapas: (1) levantamento institucional e (2) aplicação de um questionário semiestruturado. No levantamento institucional, buscou-se mapear políticas públicas, número de estudantes com deficiência intelectual matriculados, estrutura de apoio pedagógico, existência de salas de recursos multifuncionais e oferta de formação continuada. Na aplicação do questionário foram obtidas informações por meio de consulta à Secretaria Municipal de Educação, possibilitando compreender como as diretrizes nacionais de educação inclusiva foram efetivamente implementadas no contexto local, conforme orientações metodológicas para pesquisas de campo apresentadas por Gil (2010).

A análise dos dados coletados foi realizada de forma interpretativa e qualitativa, organizando as respostas em categorias temáticas alinhadas aos principais eixos teóricos da pesquisa: planejamento pedagógico, recursos didáticos, formação docente, inclusão curricular e avaliação. Essa categorização tornou possível estabelecer relações entre a teoria estudada e a prática observada, identificando convergências, contradições, potencialidades e lacunas que marcam o processo de inclusão no município.

Com base nos resultados, buscou-se estabelecer uma correlação entre as práticas pedagógicas recomendadas pela literatura especializada e as estratégias efetivamente implementadas nas escolas. Essa comparação permitiu evidenciar boas práticas que podem ser fortalecidas, bem como aspectos que exigem aprimoramento, contribuindo para o aperfeiçoamento das ações inclusivas e da formação continuada docente.

Por fim, destaca-se que todos os dados foram utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, analisados coletivamente e sem qualquer identificação pessoal dos

participantes. Sempre que necessário, foram solicitadas autorizações formais, garantindo ética, transparência e respeito às instituições e profissionais envolvidos. Dessa forma, a metodologia adotada proporcionou uma visão ampla, contextualizada e articulada sobre o cenário da inclusão de alunos com deficiência intelectual, contribuindo para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais equitativas, acessíveis e humanizadas.

4. RESULTADOS E DISCURSÕES

A análise dos dados coletados em Currais Novos revela um cenário desafiador, porém promissor. Esses dados foram obtidos por meio de um formulário aplicado junto à Secretaria Municipal de Educação, que reuniu informações fornecidas por profissionais da rede municipal de ensino, onde a maioria dos docentes relatam sentir-se despreparados, apontando lacunas na formação inicial (graduação). Esse resultado corrobora a literatura da área, que indica que a pedagogia tradicional muitas vezes não instrumentaliza o professor para lidar com a diversidade presente nas salas de aula.

No que tange às estratégias pedagógicas, observou-se que o uso de jogos lúdicos, material dourado e atividades adaptadas são as práticas mais recorrentes. Os professores que relataram maior sucesso na aprendizagem dos alunos com DI foram aqueles que, intuitiva ou conscientemente, aplicaram o conceito de mediação de Vygotsky (1993), oferecendo suporte individualizado e respeitando o ritmo de cada estudante.

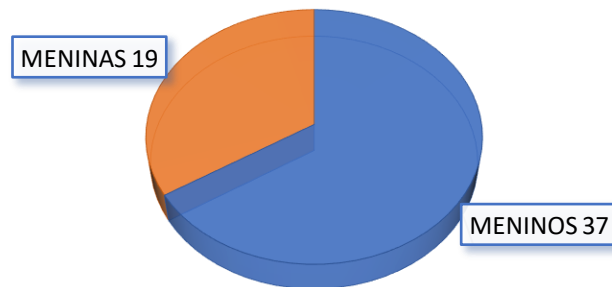
Entretanto, barreiras estruturais foram citadas como impedimentos significativos: turmas numerosas, falta de cuidadores ou professores auxiliares e a escassez de recursos didáticos adaptados. Tais fatores dificultam a implementação plena da inclusão defendida por Mantoan (2006).

A pesquisa buscou compreender o cenário atual da inclusão de estudantes com deficiência intelectual na rede municipal de ensino, integrando dados, interpretativos e qualitativos provenientes da Secretaria Municipal de Educação e das respostas obtidas nos questionários aplicados a profissionais da educação. Os resultados revelam um conjunto expressivo de informações que permitem analisar tanto o perfil

dos estudantes atendidos quanto as práticas pedagógicas e desafios vivenciados nas escolas.

Inicialmente, constatou-se que 56 estudantes com deficiência intelectual estão matriculados na rede municipal. Esse dado evidencia a presença significativa desse público nas escolas regulares e reforça a necessidade de práticas pedagógicas específicas que garantam seu desenvolvimento integral.

Gráfico 1 – Distribuição de estudantes por gênero.

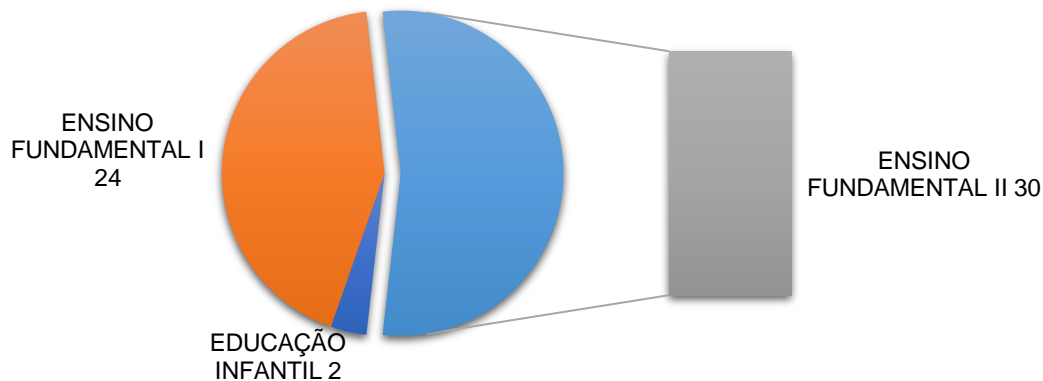


Fonte: própria (2025)

Quando analisada a distribuição por gênero, observou-se que 37 são meninos e 19 são meninas, confirmando uma maior incidência entre o público masculino, o que está em consonância com pesquisas nacionais sobre prevalência de deficiência intelectual.

Em relação ao nível de ensino, verificou-se que os estudantes estão distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 2 - Distribuição de estudantes por nível de Ensino.



Fonte: própria (2025)

A predominância no Fundamental II indica que muitos já estão em fases mais avançadas da escolarização, o que reforça a importância de estratégias pedagógicas contínuas e bem estruturadas ao longo dos anos.

No que se refere às estratégias pedagógicas adotadas pelas escolas municipais, os resultados apontam para um conjunto diversificado de práticas centradas na flexibilização curricular, no uso de recursos multissensoriais e na organização de ambientes estruturados. A adaptação curricular, acompanhada do Plano Educacional Individualizado (PEI), aparece como a ferramenta mais utilizada, permitindo a definição de objetivos realistas e funcionais de acordo com o nível de desenvolvimento do estudante.

Observou-se que as escolas fazem uso ampliado de recursos visuais, pictogramas, quadros de rotina, instruções passo a passo e metodologias ativas adaptadas, favorecendo a aprendizagem por meio de manipulação, jogos e atividades concretas. Estratégias como ensino por pequenos passos, modelagem e repetição estruturada também foram destacadas como essenciais para o avanço gradual das habilidades cognitivas e sociais. O uso de tecnologias assistivas — como softwares educativos, tablets com aplicativos de comunicação e ferramentas de leitura acessível — complementa as práticas docentes. Além disso, reforços positivos, regras visuais, organização da rotina e prevenção de sobrecargas sensoriais configuram estratégias eficazes para o manejo comportamental de estudantes com deficiência intelectual, especialmente daqueles que apresentam desafios associados de atenção ou autorregulação.

A pesquisa revelou ainda que as escolas participam de formações continuadas específicas sobre educação inclusiva, promovidas pela Secretaria Municipal de Educação por meio da ESFORPED (Escola de Formação de profissionais da educação). Essa formação aborda deficiência intelectual, Transtorno do Espectro Autista (TEA), altas habilidades/superdotação e demais necessidades específicas, contribuindo para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para uma maior qualificação das equipes escolares.

Outro aspecto evidenciado refere-se à articulação entre a sala de aula regular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os resultados mostram que essa articulação ocorre de forma colaborativa, com planejamento conjunto, troca

sistemática de informações, acompanhamento contínuo do estudante e uso compartilhado do PEI.

O AEE atua como suporte técnico, orientando tanto adaptações quanto o uso de recursos específicos, garantindo coerência entre o que é trabalhado nos dois ambientes. Essa interação tem se mostrado fundamental para promover avanços consistentes, permitindo que o estudante receba apoio complementar, mas continue integrado às atividades regulares. Nesse sentido, Mantoan (2015) destaca que o Atendimento Educacional Especializado não substitui o ensino comum, mas o complementa e o suplementa, contribuindo para a eliminação de barreiras à aprendizagem e para a efetiva participação do estudante no contexto escolar inclusivo.

Apesar dos avanços registrados, a pesquisa identificou desafios importantes enfrentados pelas escolas. Entre as principais dificuldades destacam-se limitações na formação específica de alguns profissionais, carência de tecnologias assistivas, barreiras estruturais, desafios comportamentais e socioemocionais e participação familiar irregular. A presença de preconceitos e barreiras atitudinais, embora reduzida, ainda existe e impacta diretamente o processo de inclusão. Infraestruturas pouco adaptadas, espaços sensoriais insuficientes e ausência de ambientes tranquilos também foram apontados como fatores que dificultam o trabalho pedagógico.

Os resultados revelam que, embora a rede municipal adote práticas significativas e demonstre compromisso com a inclusão, a efetividade das estratégias ainda depende de investimentos continuados, tanto em formação docente quanto em estrutura física, aquisição de tecnologias assistivas e fortalecimento dos vínculos escola-família. Ao mesmo tempo, observa-se que práticas como adaptação curricular, uso de recursos visuais e multissensoriais, PEI estruturado, articulação com o AEE e reforço positivo já têm produzido impactos concretos na aprendizagem e autonomia dos estudantes.

De modo geral, os dados analisados permitem concluir que a rede municipal de educação tem avançado na construção de uma educação inclusiva, ainda que desafios persistam. Os resultados reforçam a importância de consolidar políticas públicas, fortalecer formações continuadas e ampliar recursos pedagógicos, a fim de

garantir a todos os estudantes com deficiência intelectual uma escolarização digna, acessível e verdadeiramente transformadora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo, fica evidente que as estratégias pedagógicas analisadas demonstram eficácia para a inclusão de estudantes com deficiência intelectual, desde que aplicadas de maneira contínua, planejada e articulada com as necessidades reais dos alunos. As práticas baseadas na perspectiva sociocultural de Vygotsky (1997), aliadas às contribuições de autores como Mantoan (2003;2015), mostraram-se fundamentais para promover avanços no desenvolvimento cognitivo, social e emocional, especialmente quando o professor atua como mediador ativo e utiliza metodologias diversificadas, recursos concretos, atividades multissensoriais e adaptações pertinentes. Os dados obtidos nos questionários e no levantamento local revelam que, quando essas estratégias são incorporadas com intencionalidade, os estudantes participam mais, aprendem melhor e se sentem parte do ambiente escolar.

Contudo, ao analisar a realidade do município de Currais Novos, percebe-se que a efetividade dessas estratégias ainda é limitada por barreiras estruturais, organizacionais e formativas. Entre os principais desafios identificados, destacam-se: a insuficiência de formação continuada especificamente voltada para a educação inclusiva; a escassez de recursos pedagógicos e tecnologias assistivas nas unidades escolares; a sobrecarga dos docentes, que muitas vezes não dispõem de tempo adequado para planejar adaptações individualizadas; além da fragilidade na articulação entre escola, família e equipe multiprofissional, o que compromete o acompanhamento mais completo do estudante com deficiência intelectual.

Outra barreira relevante observada em Currais Novos diz respeito à falta de estrutura física apropriada e à limitação no número de salas de recursos multifuncionais bem equipadas, o que dificulta a oferta de atendimentos complementares e o uso de materiais especializados. Soma-se a isso a ausência de políticas municipais mais consistentes que garantam investimento contínuo em inclusão, formação docente e fortalecimento de equipes de apoio. Esses fatores

revelam que as estratégias isoladamente funcionam, mas sua eficácia plena depende de condições institucionais que ainda precisam ser ampliadas.

Assim, conclui-se que as estratégias pedagógicas eficazes existem e funcionam, mas sua efetividade em Currais Novos ainda não é plena, pois depende de melhorias estruturais, políticas e formativas. A inclusão de estudantes com deficiência intelectual só se concretiza de forma consistente quando a escola, a gestão pública e os profissionais atuam de maneira integrada, com compromisso social e pedagógico. Portanto, o município precisa avançar na oferta de formação continuada, na ampliação de recursos materiais e no fortalecimento de práticas colaborativas. Somente assim será possível consolidar uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de garantir o direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Art. 205 a 214.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1998. p. 23.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HILÁRIO, M. R. **As interações das crianças com deficiência em sala de aula: dificuldades e desafios**. São Paulo: Faculdade Campos Elíseos, Núcleo de Pós-Graduação, 2015.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 3. ed. São Paulo: Moderna, 2015.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2003.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Questionário diagnóstico sobre estudantes com deficiência intelectual da rede municipal**. Currais Novos, RN, 2025. Dados internos.

TOMLINSON, C. A. **Differentiated classroom**. Alexandria: ASCD, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.